

A teoria crítica possibilita detectar um potencial transformador da ciência e do trabalho de conservação e restauração de bens culturais, na medida do entendimento da preservação e apropriação do patrimônio material e espiritual acumulado pela humanidade de modo a serem voltadas, efetivamente, para a construção do conhecimento.

Sonia Aparecida Nogueira

A preservação de bens culturais no contexto do capitalismo tardio

The preservation of cultural heritage in the context of late capitalism

SONIA APARECIDA NOGUEIRA*

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar os desafios epistemológicos e filosóficos colocados no contexto contemporâneo para a teoria e as políticas de preservação do patrimônio cultural, na ênfase de uma problematização da resultante demanda por uma formação geral e técnico-profissional especializada voltada para o trabalho de conservação e restauração de bens culturais, tendo como perspectiva teórico-metodológica o materialismo histórico-dialético e a ontologia do ser social. Desde o âmbito mais amplo das relações entre trabalho e educação, e da sociologia da cultura em particular, se busca uma reflexão a partir de aproximações entre os conceitos de memória social, cultura material, e categorias da teoria crítica marxista.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Trabalho. Educação. Teoria crítica.

Abstract

This article aims to analyze the epistemological and philosophical challenges in the contemporary context for theory and policies of the preservation of cultural heritage, with emphasis on a questioning of the resulting demand for general education and technical vocational specialist focused on the work of conservation and restoration work of cultural property, in theoretical-methodological perspective on the dialectical historical materialism and the ontology of social being. From the broader context of the relationship between work and education, and the sociology of culture in particular, a reflection from the similarities between the concepts of social memory, material culture and categories of the Marxist critical theory is searched.

Keywords: Cultural heritage. Work. Education. Critical theory.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil; Departamento de Patrimônio Histórico/COC/ Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Brasil; Email: sonianog@coc.fiocruz.br

Introdução

A partir de uma historicização das determinações socio-históricas e epistemológicas que consagraram o conceito e o estatuto do patrimônio cultural, bem como as teorias e as práticas em conservação e restauração de bens culturais, esse artigo se propõe a uma análise sobre a categoria profissional necessária para a realização desse trabalho especializado, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, inserido-a na especificidade do modo de produção capitalista.

A esse propósito, cabe dizer adicionalmente que uma historicização por meio da teoria marxista finda por se constituir como uma forma de comprovar sua própria validade e atualidade, inserida, pois, no movimento das próprias contradições imanentes à sociedade capitalista. O desmoronamento da União Soviética e dos países do socialismo real, e o impasse decorrente do triunfo do imperialismo no final da Guerra Fria, não significaram o fim do marxismo. Assim como as desastrosas consequências sociais, econômicas, ecológicas e políticas que a mundialização neoliberal segue propiciando, oferecem uma justificativa histórica – adentrando o século XXI – de continuidade dos estudos marxistas e de renovação do marxismo¹.

Os estudos sobre o papel da técnica e das artes no desenvolvimento das sociedades e das forças produtivas contemplam o pressuposto das necessárias articulações entre cultura material, ciências sociais e as práticas profissionais do presente, associadas à valorização de saberes e ofícios do passado. Dentre uma gama de questões que envolvem o trabalho de conservação e restauração do patrimônio cultural, tais como os vários fatores de degradação, os critérios e metodologias de intervenção e a necessidade de políticas de preservação de recursos humanos e financeiros, a ênfase aqui se refere às especificidades desse *fazer* e à formação requerida, analisadas do ponto de vista da centralidade do trabalho para a formação humana, como é tratada pela teoria crítica marxiana e marxista.

Evolução do conceito de patrimônio cultural

Conforme expõe David Lowenthal (1998), memória, história e fragmentos materiais são as três fontes de conhecimento do passado, sendo os fragmentos concebidos como os resíduos de processos em todos os âmbitos da vida humana e em sociedade, os geológicos para as ciências da natureza, os paleontológicos, e os museológicos, resultantes da necessidade ontológica do registro e de sua transmissão entre indivíduos, culturas e gerações. Trata-se da compreensão da realidade concreta através dos artefatos revestidos do atributo de testemunho e identidade de grupos sociais, das nações, e da humanidade como um todo, em sua evolução no tempo e no espaço.

Nesse âmbito da cultura material, e mais especificamente dos artefatos de valor histórico-cultural, decorrem algumas variantes de reflexões, tais

¹ Ver, dentre outros, Netto (2007) e Anderson (2004).

como a diferenciação que se costuma atribuir entre objeto histórico e documento histórico, a questão da autenticidade, do novo valor de uso dos artefatos excluídos de suas finalidades e circuitos originais, da formação, institucionalização e preservação de acervos e coleções, dos conflitos entre a propriedade privada e a dimensão pública, da construção social e epistemológica dos objetos escolhidos como de valor histórico, artístico e científico. Ademais, tendo em vista que o homem passou a pretender controlar a duração material das coisas em razão destas servirem como suportes de memória, história, e conhecimento, há que se ressaltar, também, a diferença fundamental entre a história *dos* objetos, e a história *nos* objetos (RAMOS, 2008).

Pode-se conjecturar que desde a pré-história o homem tenha se preocupado em manter a integridade física dos objetos em suas várias utilidades. Todavia, o momento decisivo da consolidação do conceito e do estatuto jurídico do patrimônio histórico-cultural está vinculado a eventos específicos da cultura ocidental moderna, no enfoque do enfrentamento da sociabilidade burguesa perante o passado e a memória social, configurando uma área específica de conhecimento, e justificando a ação tutelar do Estado. Desde então, a cultura material clássica passou a se constituir em objeto de uma pesquisa sistemática concernente a cronologias, técnicas, morfologias, fontes, detalhes decorativos e iconografia, dissipando a confusão semântica entre o “fazer” arte e o “saber” sobre arte, e entre historiador da arte e antiquário (CHOAY, 2006).

Por sua vez, a circunstância excepcional de reconstrução das cidades devastadas durante a Segunda Guerra Mundial é considerada como outro marco na consolidação epistemológica, institucional e jurídica do patrimônio cultural, contribuindo para que o mesmo saísse do âmbito restrito dos acervos e monumentos, alcançando o espaço construído e paisagístico. Desde então, inúmeras ações, pesquisas, e eventos, bem como a criação de organismos nacionais e internacionais voltados para a salvaguarda de bens culturais – inclusive saindo das fronteiras eurocêntricas – vêm sistematizando e atualizando os princípios, critérios, normas e metodologias científicas concernentes à preservação de acervos e monumentos, convergindo para a constituição do *Restauração* como uma disciplina autônoma, demandando, inclusive, um perfil profissional especializado².

Em 1972 foi instituído o *Comitê do Patrimônio Mundial*, inicialmente composto de quinze Estados Membros eleitos em sessões ordinárias da Conferência Geral da UNESCO. Com base em inventários apresentados pelos Estados Membros, esse Comitê organiza, publica e divulga periodicamente, sob o título *Lista do Patrimônio Mundial*, uma relação dos bens do patrimônio cultural e natural considerados de ‘valor universal excepcional’, de acordo com princípios e critérios pré-estabelecidos. Considerada um marco,

² Como a *Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura* (UNESCO - 1945), o *Conselho Internacional de Museus* (ICOM-1946); o *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM -1956); e o *Conselho Internacional de Monumentos e Sítios* (ICOMOS-1964).

a 17ª sessão da UNESCO, realizada em Paris em 16 de novembro de 1972, que através do documento *Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, ratificada em 1975, definiu as responsabilidades de cada Estado Membro nessa matéria.

Na década de 1990, outra contribuição no sentido da ampliação do patrimônio histórico-cultural partiu da *Conferência Geral das Nações sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – ECO-92* –, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a partir da qual se integrou o âmbito do *desenvolvimento sustentável* e da *diversidade cultural* às questões de proteção do patrimônio histórico e artístico. No bojo da discussão sobre as responsabilidades dos Estados, dos governos locais e das próprias comunidades, esse evento se propôs a acrescentar elementos para o possível estabelecimento da relação circular entre ‘assentamentos’ humanos e patrimônio, dimensão histórica e meio ambiente, e estes ao planejamento urbano e territorial. Na esfera de atuação específica da conservação do patrimônio cultural, tal concepção ganhou a denominação de “gestão integrada do patrimônio cultural”.

Na segunda década do século XXI, embora se contemple a questão da transmissão de conhecimentos e habilidades para a formação de recursos humanos adequados à responsabilidade de difusão, gestão, e conservação/restauração de bens culturais, agora em escala mundial, ela todavia não se encontra plenamente resolvida. Há graus diversos de dificuldades entre os países, demandando ações por parte de órgãos representativos e instituições de caráter público e privado, no sentido tanto da criação e desenvolvimento de processos educativos e de formação profissional, quanto de uma efetiva apropriação social do patrimônio cultural.

Formação e trabalho em conservação/restauração de bens culturais

Além do aperfeiçoamento de uma área de conhecimento, de uma legislação específica, e da consagração da tutela do Estado, os estudos desenvolvidos a partir da primeira metade do século XX, em vários países, referentes à proteção de monumentos históricos e de acervos arqueológicos, museológicos e arquivísticos, resultaram na ampliação dos saberes técnicos e científicos pertinentes ao trabalho de conservação e restauração de bens de valor histórico-cultural. O que também contribuiu para tornar crucial a questão da formação de profissionais para as respectivas práticas de conservação e restauração dos suportes de memória, informação e conhecimento, articulando a dimensão estética à documental, se configurando cada vez mais em bases científicas³.

Entretanto, ou paradoxalmente, o ofício de conservador-restaurador de obras de valor cultural, científico, histórico e artístico, enquanto uma ca-

³ Tendo em vista as variações de significados dos termos, preservação, conservação, e restauração de conforme a língua, alguns eventos internacionais se dispuseram à missão de defini-los, dentre eles o XVIII Congresso Anual da ABPC (1988); XV Conferência Triannual do ICOM (2008).

tegoria qualificada para intervenções de restauro, legalmente reconhecida, detentora de um conhecimento teórico e de habilidades manuais, guardadas as particularidades locais e nacionais, não possui uma existência equivalente à assinalada evolução da respectiva teoria e conceitos que o justifica. É importante ressaltar que em termos gerais, na atualidade do mundo do trabalho, o que se prescreve como função e atribuições do conservador-restaurador remete a uma especialização que o capacite para avaliação das condições materiais e ambientais de acervos de bens móveis e do patrimônio construído, e posterior definição de diagnósticos, programas, metodologias e técnicas, baseadas em investigação científica e multidisciplinar que consubstancie as devidas intervenções, segundo o princípio universal da reversibilidade dos tratamentos e distinção dos materiais em relação à matéria original deteriorada ou as lacunas a serem preenchidas. Podendo se especializar em determinado material ou grupo de objetos, a formação do conservador-restaurador deve contemplar conhecimento e habilidades nas artes, nas ciências humanas e nas ciências exatas.

A partir da década de 1970 se intensificaram os debates em torno das dualidades: conservação ou intervenção; preservação como ato crítico ou criativo; ênfase na dimensão histórica ou estética. Além disso, junto à defesa da necessidade da implantação de políticas de conservação de bens culturais, sintonizadas com os respectivos debates teóricos, se verifica a defesa da multidisciplinaridade dessa área de conhecimento e práticas especializadas, bem como da própria definição e nomeação da categoria profissional do conservador-restaurador⁴.

Uma exploração atualizada sobre a questão do perfil necessário e do papel social e ético dos profissionais envolvidos na preservação de bens culturais deve remeter, tanto no plano da cultura, como do mundo do trabalho, às novas condições sócio-históricas colocadas pela *pós-modernidade*: contexto que subverte os fundamentos iluministas de explicação dos fenômenos, consagrando o efêmero, o supérfluo, o consumismo exacerbado, o narcisismo, através de meios poderosos de reificação e da indústria cultural.

Desafios contemporâneos à preservação do patrimônio cultural

Com respeito às mediações entre a noção de formação humana e os desafios colocados hoje para o mundo do trabalho, a presente abordagem assume como referência a antropologia filosófica marxiana do ser histórico e social, conforme está em *Manuscritos econômico-filosóficos* e *A ideologia alemã*, obras que inauguram uma nova racionalidade a partir da superação do idealismo contemplativo hegeliano e do materialismo empirista de Feuerbach⁵.

⁴ Ver Feilden (1979). Infelizmente, a limitação de espaço nos impede relacionar os inúmeros exemplos de esforços de definição desse perfil profissional.

⁵ Duas obras do jovem Marx – respectivamente de 1844 e 1845, e desconhecidas até a década de 1930 – cujas temáticas serão por ele retomadas, ampliadas e aprofundadas em *O Capital*.

De acordo com a teoria crítica marxiana, todo o mundo no qual o homem vive se revela como uma realidade concreta mediada pelo *trabalho*, sendo a objetivação que o homem realiza por intermédio do trabalho, uma atividade que ele jamais poderá deixar de realizar, independente da forma social vigente, e através da qual ele produz a própria *humanização*. A objetivação humana não é realizada de forma imediata, pelos instintos, como ocorre com os outros seres vivos, e sim por intermédio de uma atividade consciente e livre: o trabalho – forma especificamente humana de agir sobre a natureza, que em decorrência das condições históricas específicas do modo de produção capitalista se transformou em fonte de martírio. Assim como está em *A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 2007, p. 10):

As premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Essas bases são pois verificáveis por via puramente empírica. A primeira condição de toda história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos. A primeira situação é, portanto, as relações que ele gera entre eles e o restante da natureza.

À diferença das sociedades anteriores (asiática, escravista, feudal e outras), onde a desigualdade era tida como natural, na sociedade capitalista burguesa liberal a igualdade entre os homens é formalmente proclamada. Porém, no modo de produção capitalista, a formação para o trabalho nada mais é do que a formação de mão de obra para o capital, onde o caráter de *mercadoria* da força de trabalho não é questionado, tomado como algo natural, somente apta a atender os interesses da reprodução do capital.

Chegando ao contexto da reestruturação conservadora do capital, imposto hegemonicamente a partir da década de 1970, o indivíduo singular e o conjunto das sociedades passaram a enfrentar uma série de novas situações que ameaçam objetiva e subjetivamente suas próprias existências, reforçando o antigo desafio do pleno desenvolvimento de suas capacidades e de sua individualidade em face das condições desumanizadoras e alienantes, somente tornadas possíveis pela ordem do capital, na sociabilidade liberal-burguesa. Por sua vez, como resposta a mais recente crise estrutural do capital, empreende-se um processo de reorganização do capital e seu sistema ideológico e político de dominação sem precedentes.

Do ponto de vista da relação entre sociedade e cultura, a presente análise se insere na caracterização da “crise de paradigmas” da *pós-modernidade*, termo cuja amplitude se dá em função do pensamento hegemônico que se configurou a partir da segunda metade do século XX, sendo um marco considerado pela bibliografia pertinente ao tema, o ensaio de Perry Anderson,

As origens da pós-modernidade (1999), em seu propósito de identificar histórica e cronologicamente as fontes e as condições das quais resultou tal fenômeno, cujas controvérsias e problemas filosóficos, históricos e estéticos permanecem em discussão.

Segundo Anderson (1999), o termo pós-modernismo surge na América hispânica na década de 1930, com o propósito de caracterizar um novo estilo dentro do modernismo. Só vinte anos depois, no oitavo volume de seu **Study of History**, Arnold Toynbee, o mesmo surge no mundo anglófono, mas como categoria de época e não como estilo. Toynbee denomina “idade pós-moderna” se referindo à época iniciada pela guerra franco-prussiana, qualificando-a como uma era marcada pelo colapso do racionalismo e do *éthos* do Iluminismo.

Dentre as obras que proclamam a existência de um mundo pós-histórico desprovido de significado, bem como o desgaste da confiança em uma política universal de liberdade suscetível de unir as vítimas das diferentes formas de opressão em uma luta comum, é preciso distinguir entre as teorias filosóficas desenvolvidas entre as décadas de 1959 e 1970, agrupadas sob o título de *pós-estruturalismo*, da apropriação que fez delas outros autores durante os anos 1980 para apoiar as teses do surgimento de uma nova era. Grosso modo, é caracterizado pela dissolução da linguagem em um jogo de intermináveis labirintos, pelo efêmero, pelo caos, no contexto originário da rebeldia e desilusão de 1968, e do pensamento desenvolvido por Roland Barthes, Gilles Deleuze, Michel Foucault, Jacques Derrida, Jean Baudrillard, Jean-François Lyotard, Richard J. Bernstein, Richard Rorty, entre outros.

A despeito de suas diferenças, esses autores enfatizaram o caráter fragmentário, heterogêneo, e plural da realidade, problematizando a questão da objetividade como uma capacidade do pensamento, e inserindo novos temas como intercultural, identidade cultural, diversidade. Intelectuais do ocidente vêm produzindo grande parte dos acalorados debates sobre questões complexas e inter-relacionadas, versando sobre a questão global da modernidade e pós-modernidade, desconsiderando tanto as tradições locais de outros continentes, quanto às orientais.

De forma concisa, podemos analisar que o projeto pós-moderno rejeita a diretriz teológica, ontológica, e metafísica do pensamento filosófico tradicional, bem como as grandes narrativas da história humana, em função de um profundo ceticismo epistemológico, uma aversão às abstrações sociológicas, que desconsidera a teleologia e recusa a utopia. Esse abandono da crítica pelas ciências sociais, sob a concepção de que não há centralidade na história e que o poder é disperso, finda por configurar-se em certa apologia do triunfo capitalista, do discurso do “fim da história” e do “fim das ideologias”.

Já no âmbito da teoria crítica, sem pretensões ortodoxas, em contraposição ao ceticismo dos pós-estruturalistas em relação às metanarrativas, destaca-se o pensamento do crítico literário e teórico marxista norte-americano Fredric Jameson. Sua abordagem segue na direção da contextualização dialética e histórica do pós-modernismo e da pós-modernidade, no entendimento de que, a cada estágio fundamental do capitalismo corresponde uma

tecnologia particular e uma dominante cultural. De acordo com Jameson (2006), a reificação presente na experiência social e cultural pós-moderna torna-se expressão da degradação do sujeito, cujo conteúdo de dominação no capitalismo se refere à própria universalidade da forma mercadoria. Nesse sentido, a pós-modernidade representa um novo momento histórico na medida em que se coloca como a lógica cultural de um novo estágio de dominação da forma social burguesa. Assim, concebe-se uma centralidade teórica à categoria *modo de produção* – aqui, no caso, do *capitalismo tardio*.

Nessa perspectiva de análise – da pós-modernidade em sua estreita articulação com a fase do capitalismo das corporações transnacionais e do projeto neoliberal – o *cultural* se dissolve na dimensão econômica da globalização. Agora, a produção de mercadorias é, em si, um fenômeno cultural em escala sem precedentes, sob a mediação fundamental da propaganda, dos investimentos libidinais para realçar os produtos, da indústria do entretenimento, da estetização da própria mercantilização, da exacerbação da cultura do consumo, da standardização da cultura no mundo. No plano da economia política e sua mediação com os aspectos socioculturais, ressalta-se o acirramento global da degradação das condições de trabalho e da vida, da miséria material e espiritual, das desigualdades, e da reedição do termo que, talvez, mais caracterize a civilização moderna: a *crise* – tendência recorrente na anarquia intrínseca da economia capitalista.

É na interpretação da realidade concreta assinalada, e na especificidade da luta sem fim do trabalho contra o capital, que a presente análise localiza o trabalho necessário de preservação de bens culturais. Na lógica atual de integração entre as práticas mercadológicas e as políticas públicas para a produção cultural, onde o tema da crise no âmbito da cultura no ocidente é recorrente. Cenário agravado pela perplexidade e incertezas quanto às perspectivas de longo prazo da atual crise econômica, financeira, social e ambiental, vislumbrado como de uma catástrofe iminente. Do ponto de vista da teoria crítica existe uma necessária relação entre crise da cultura e o sistema do capital, chegando à fase contemporânea de crise estrutural do capital financeiro e suas repercussões no mundo do trabalho.

Apesar da ampla divulgação no âmbito da preservação de bens histórico-culturais, o respeito às recomendações nacionais e internacionais é ainda objeto de contradições, e carente de estratégias efetivas de lutas sociais, políticas e jurídicas. Apesar das muitas pesquisas e ações pelo mundo com relação à proteção de acervos e monumentos da cultura material, e especialmente a partir da criação da *Lista do Patrimônio Mundial* (1972) da UNESCO, a lista desses bens “em perigo” é alarmante.

Na realidade, o poder do Comitê do Patrimônio Mundial, na conjuntura contemporânea, é assaz limitado, apesar de seu poder para inscrever os candidatos a patrimônio da humanidade, e promover eventos de conscientização e mobilização na sociedade. Além das pilhagens, da poluição, atos de vandalismo, das catástrofes ambientais e dos excessos do turismo, outro

aspecto que, parece, nem as organizações de proteção, nem a humanidade, têm o controle efetivo, refere-se à questão da indústria da guerra nos moldes imperialistas atuais.

Ao adentrar o século XXI, algo de mais tragicamente novo está a acontecer, sob a impotência da comunidade internacional e dos especialistas e profissionais da área de conservação e pesquisas sobre o patrimônio cultural da humanidade, sendo a Guerra do Iraque, a ação militar dos Estados Unidos iniciada em 2003, um exemplo emblemático, quase cinquenta anos após a *Convenção de Haya* (1954), que determina a proteção de bens culturais em caso de conflito armado. Constituído-se, na verdade, conforme inúmeras análises, um pretexto estratégico relacionados com os interesses dos EUA no controle das reservas de petróleo nesse território, e da intenção de recuperação de sua imagem política após o atentado de 11 de setembro de 2001.

A despeito dos discursos em defesa do patrimônio cultural da humanidade, de sua consagração na era moderna, e, inclusive, da incorporação de seu uso pela esfera do consumo e do espetáculo, o próprio sistema do capital finda por se constituir como um dos fatores de risco existentes que ameaçam a integridade material dos bens culturais, dos artefatos escolhidos socialmente para serem protegidos através de políticas e ações de preservação.

Em contraste com a fragmentação da divisão do trabalho no processo de produção capitalista das condições de existência humana, a formação para o trabalho necessário de preservação do patrimônio cultural requer, obrigatoriamente, a integração entre teoria e prática, entre conhecimento científico e tecnológico, valores humanistas, e habilidades manuais na intervenção sobre artefatos considerados de valor artístico e histórico.

Ao conceber a produção e a fruição da arte como aspectos inseparáveis das atividades vitais humanas, a dimensão estética da teoria marxiana revela o universo e as particularidades das relações entre o conceito de alienação e a noção de patrimônio cultural enquanto suporte de memória coletiva e conhecimento, tanto na condição do uso reflexivo e crítico de suas dimensões representativas e cognitivas, quanto em sua função mediadora na interpretação dos fatos históricos e no sentido da formação humana (FREDERICO, 2005).

A teoria crítica possibilita detectar um potencial transformador da ciência e do trabalho de conservação e restauração de bens culturais, na medida do entendimento da preservação e apropriação do patrimônio material e espiritual acumulado pela humanidade de modo a serem voltadas, efetivamente, para a construção do conhecimento. A crítica cultural marxista do capitalismo tardio – e suas respectivas mudanças da base produtiva e organizacional do trabalho –, no enfoque da formação ontocriativa e da objetivação das individualidades por meio do trabalho, possibilita tanto a explicação da invenção moderna do patrimônio cultural e da necessidade de sua preservação, quanto permite identificar seu potencial transgressor, nos termos de uma insistente defesa da emancipação humana. Significa inserir a dimensão política nessa discussão, e no respectivo exercício profissional, no enfrentamento das contradições da sociedade liberal-burguesa.

Na contramão das forças sociais que usam de todas as estratégias para manter o capitalismo como o horizonte único da história, uma análise, na perspectiva do materialismo histórico-dialético e da ontologia do ser social, sobre o patrimônio cultural e científico acumulado e preservado pela humanidade demonstra como estes podem contribuir para a leitura da história em movimento, no sentido da real socialização do conhecimento e superação da alienação e da degradação do gênero humano, com a condição de serem concebidos em seu potencial de resposta política e de resistência ao mundo reificado, e ao caráter destrutivo do capital.

Referências

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. **Considerações sobre o marxismo ocidental**: nas trilhas do materialismo histórico. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, [1992] 2006.

FEILDEN, Bernard M. **Introduction to conservation of cultural property**. Rome: UNESCO, 1979.

FREDERICO, Celso. A arte em Marx: um estudo sobre os Manuscritos econômicos-filosóficos. **Revista Novos Rumos**, São Paulo: Unesp, v. 19, n. 42, ano 20, p. 3-24 [encarte], 2005.

JAMENSON, Frederic. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 2006.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: Projeto história: trabalhos da memória. São Paulo: PUC-SP, (17), nov. 1998, p. 1-495. Tradução: Lúcia Haddad; LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 63-201.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos [1844]. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Coleção Os Pensadores. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1974. [Seleção de José Arhur Giannotti].

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução: Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, [1845] 2007.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2007.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de História. Chapecó, SC: Argos, 2008.